

NOTA DE REPÚDIO

O CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PERNAMBUCO vem publicamente manifestar repúdio à suspensão do reajuste de 4,6% nos benefícios do Programa Bolsa Família previstos para julho de 2017 e amplamente divulgado pelo Governo Federal.

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda voltado a pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, que objetiva a redução das desigualdades sociais, imprescindível em uma democracia. Ele faz parte da oferta da política de assistência social compondo parte da segurança de renda, uma das funções previstas na Política Nacional de Assistência Social.

Segundo o IPEA, apesar da sua ampla capilaridade, o PBF é um dos menores custos entre os programas de transferência de renda. Cada R\$ 1,00 real gasto, o PBF adiciona R\$ 1,78 reais ao PIB nacional.

O Brasil tem chamado a atenção do mundo com seus avanços na área social e o Programa Bolsa Família foi um dos principais fatores para que o Brasil cumprisse, com 10 anos de antecedência, o primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) proposto pela Organização das Nações Unidas – ONU: Reduzir a extrema pobreza pela metade. O Programa foi um dos principais fatores contribuintes para que o Brasil saísse do Mapa da Fome, o que foi anunciado, no fim de 2014, pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO).

Ao longo dos anos, devido ao seu desempenho adequado e à sua contínua expansão e aprimoramento, o PBF reduziu a pobreza e a desigualdade, promoveu a inclusão nas políticas de educação e saúde, reduziu a insegurança alimentar, e fortaleceu a trajetória escolar e a saúde de crianças e adolescentes, aumentando o compromisso dessas políticas com as parcelas mais pobres da população brasileira. Com o Bolsa Família, o Brasil pôde, enfim, recusar a histórica banalização e naturalização da pobreza e da fome e afirmar um novo patamar de garantias sociais, que exigem o reconhecimento e o progressivo alargamento de padrões mínimos de bem-estar a todos os cidadãos e todas as cidadãs.

Além do seu papel na ampliação do acesso aos recursos políticos, econômicos e sociais, o PBF é uma importante estratégia de promoção de equidade de gênero, uma vez que, das pessoas destinadas a receberem a renda, 93% são mulheres, sendo 68% negras.

No contexto atual de crise econômica, no qual o desemprego chega ao índice 13,3% e atinge cerca de 14,2 milhões de pessoas segundo dados do IBGE divulgados em abril de 2017, a segurança de renda proporcionada pelo Programa Bolsa Família é crucial para complementar a renda da população mais vulnerável, considerando o crescente nível de desocupação e o desmonte das políticas sociais, fator de severa desestabilização das famílias, sendo os grupos de baixa renda os mais atingidos pela descontinuidade do benefício.

Ante o exposto, reiteramos ao Governo Federal (Presidência da República, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento) a imperiosa necessidade e empenho na concessão do reajuste do Programa Bolsa Família às famílias beneficiárias.

Por fim, reafirmamos o compromisso do CEAS/PE com a Política Pública de Assistência e com um SUAS forte, republicano, democrático, participativo, transparente e pautado na garantia dos direitos sociais. Portanto, ressaltamos a necessidade de continuidade de ações que garantiram que o Programa Bolsa Família se constituísse como o mais bem-sucedido programa de transferência de renda do mundo, robusto em seus benefícios e qualificado em sua gestão.

Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco – CEAS-PE

